



**VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
VI CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

**RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, POVOS INDÍGENAS, POPULAÇÃO NEGRA,
COMUNIDADES TRADICIONAIS E POLÍTICAS SOCIAIS**

**ENSINO DE GEOGRAFIA NA PERSPECTIVA DA
INTERSECCIONALIDADE**

Marcelo Augusto Barbosa da Costa ¹
Margarida de Cássia Campos²

Resumo: O artigo tem como objetivo a apresentação de três propostas de uma educação geográfica que possa ser interseccional e decolonial. Sendo elas: a) o ensino de cartografia, por meio de uma análise decolonial, b) estudo da urbanização e da segregação socioespacial, por meio de uma leitura interseccional e, c) abordagem dos fluxos migratórios a partir do reconhecimento do racismo estrutural. A interseccionalidade é utilizada como ferramenta analítica para compreender como as relações de poder se conectam, afetando de maneira específica diferentes grupos sociais. O artigo destaca que o racismo, classismo e sexismo não atuam isoladamente perpetuando desigualdades históricas e estruturais.

Palavras-chave: Geografia; Interseccionalidade; Racismo; Classismo; Sexismo.

Abstract: The article aims to present three proposals for a geography education that can be intersectional and decolonial. These are: a) the teaching of cartography, through a decolonial analysis, b) the study of urbanization and socio-spatial segregation, through an intersectional reading and, c) an approach to migratory flows based on the recognition of structural racism. Intersectionality is used as an analytical tool to understand how power relations are connected, specifically affecting different social groups. The article highlights that racism, classism and sexism do not act in isolation, perpetuating historical and structural inequalities.

Keywords: Geography; Intersectionality; Racism; Classism; Sexism.

Introdução

O ensino de geografia pode ser antirracista e decolonial? A Geografia, como campo do conhecimento e disciplina escolar, tem sido historicamente estruturada a partir de referenciais eurocêntricos, que influencia nos conceitos, abordagens e narrativas que acabam reproduzem uma visão de mundo dominada pela perspectiva ocidental. Diante

¹ Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina, email: marcelo.augusto830@uel.br

² Doutorado em Geografia pela UFSC, professora do departamento de Geografia da Universidade Estadual de Londrina, email: mcassiacampos@uel.br.



dessa realidade, é necessário repensar a organização curricular e as práticas educacionais para superar o eurocentrismo e promover uma geografia interseccional.

Sendo assim o presente texto tem como finalidade apresentar três propostas de uma educação geográfica que possa ser interseccional e decolonial. Sendo elas: a) o ensino de cartografia, por meio de uma análise decolonial, b) estudo da urbanização e da segregação socioespacial, por meio de uma leitura interseccional e, c) abordagem dos fluxos migratórios a partir do reconhecimento do racismo estrutural. Como procedimento metodológico a base foi uma pesquisa bibliográfica que deu suporte para refletir sobre as bases eurocêntricas do ensino de Geografia e possibilidades de construir uma educação geográfica decolonial e interseccional.

Interseccionalidade e geografia: abordagens sobre raça, gênero e classe no ensino

As teorias que deram base para a Ciência Geográfica, bem como para o ensino de Geografia foram estruturadas historicamente a partir de referenciais eurocêntricos, sendo assim os conceitos, as abordagens e as narrativas estão baseadas em uma visão de mundo dominada pela perspectiva ocidental. E essa dominação, acaba sendo reproduzida de forma despercebida por muitas pessoas, e dessa maneira tem servido para produzir discursos que marginalizam culturas e saberes que não se alinham com a visão europeia, dificultando a compreensão das desigualdades sociais, raciais e de gênero. O currículo escolar, fundamentado no eurocentrismo, privilegia a história patriarcal, as “descobertas” (invasão e dominação) tornando os povos não europeus, especialmente os indígenas, os africanos e os asiáticos, não humanos e inferiores, sem o devido reconhecimento de suas contribuições para a formação do espaço global.

Como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento e da produção do conhecimento (Quijano, 2005, p. 121).

Quijano (2005) ainda explica que a Europa além de invadir, matar e dominar territórios, povos e se apropriar das riquezas das colônias, também se denominou como o centro do conhecimento e da verdade universal. A produção de conhecimento, e consequentemente a própria definição do que é considerado válido, passou a ser monopolizada pela Europa, centralizando o saber de uma maneira que afetava a subjetividade dos povos colonizados, apagando sua história e cultura.

No contexto da Geografia, esse controle do conhecimento se reflete na maneira como o espaço é interpretado e ensinado até os dias de hoje. A história da sistematização da ciência geográfica ao ser contada a partir da perspectiva eurocêntrica,



desconsidera as contribuições de povos não europeus e a visão de mundo desses povos. As práticas espaciais, os sistemas de conhecimento territorial, as relações de poder e os modos de vida, por exemplo, são muitas vezes ausentes ou representados de forma distorcida.

Portanto, para superarmos o eurocentrismo na organização do currículo escolar e nas práticas educacionais precisamos reinterpretar esse conhecimento produzido ao longo dos séculos, e promover uma abertura para novas práticas e saberes reconhecendo as diversas visões sobre o território e o espaço. Com foco em superar tais concepções propomos três práticas de uma educação geográfica que considera a leitura crítica da interseção entre raça, classe e gênero. Mas, afinal, o que significa interseccionalidade e por que é fundamental para a construção de uma educação verdadeiramente antirracista?

A interseccionalidade investiga como as relações de poder visto de maneira combinada e interseccionada podem influenciar as dinâmicas sociais, impactando diretamente as experiências individuais na vida cotidiana, segundo Collins e Bilge (2021). Essa categoria analítica considera que marcadores sociais como raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária não atuam isoladamente, mas se inter-relacionam.

E na perspectiva de romper com uma forma de analisar o espaço geográfico essencialmente eurocêntrica é preciso combater o racismo, classismo e o sexismo estruturais que permeiam as práticas educativas no ensino, precisamos entender que esses sistemas de opressão não agem de maneira isolada na sociedade, e sim de maneira interconectada, criando exclusão individual e de grupos dissidentes ao padrão cisheteropatriarcal. Compreendendo essa perspectiva da interseccionalidade, conseguimos entender como o racismo, classismo e o sexismo combinados com outras formas de poder e dominação moldam, criam, organizam, reconfiguram e potencializam as desigualdades sociais, afetando as condições de vida dos vários grupos marginalizados, como destaca Collins e Bilge (2021).

Sendo elas: 1- abordagem do conteúdo de Cartografia por meio de uma análise decolonial; 2- abordagem do conteúdo sobre urbanização e segregação socioespacial; e 3- abordagem do conteúdo sobre fluxos migratórios por meio do reconhecimento dos mecanismos de atuação do racismo estrutural.

Abordagem do conteúdo de Cartografia por meio de uma análise decolonial

De acordo com essa perspectiva a prática antirracista, não está somente



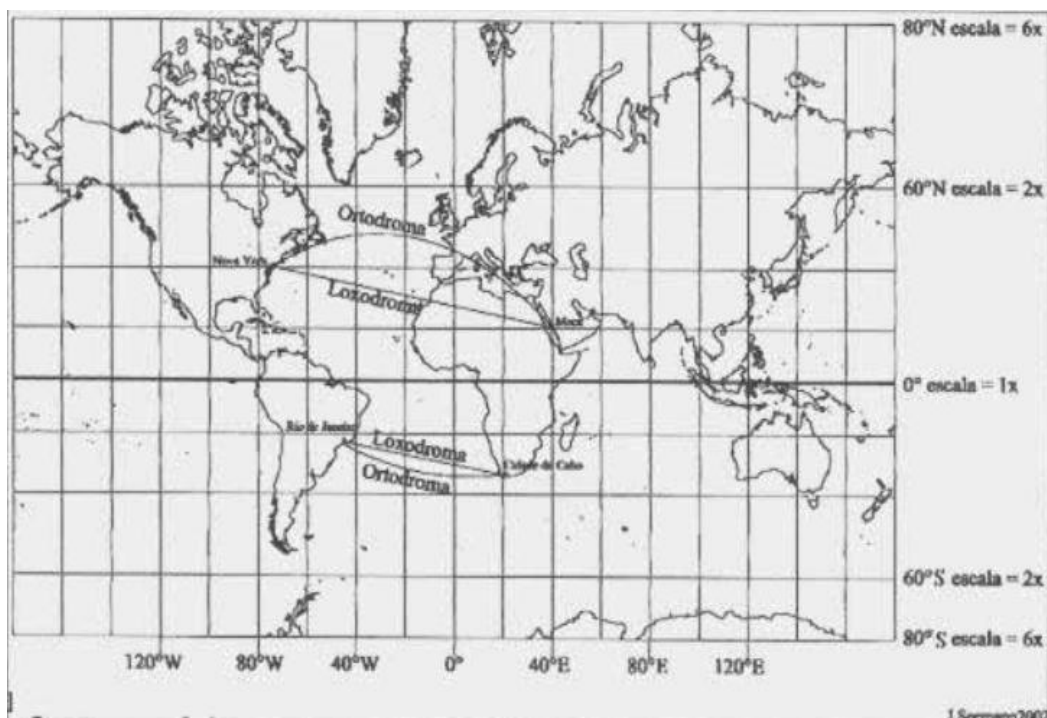
relacionada em criar novos conteúdos, mas sim transformar as metodologias existentes de ensino de uma maneira que aborde a importância da realidade no cenário atual.

Desde sua consolidação como disciplina escolar no século XIX a Geografia apresenta, embutido na forma de conteúdos e práticas, um discurso racializado de sociedade e de mundo. Implementada com a função de “servir para fortalecer a ideia do nacionalismo, do expansionismo, do colonialismo, da alienação etc.” (Santos, Santos, 2020, p. 3).

De acordo com os autores a geografia desde sua origem foi estruturada como disciplina colonial, e com discursos, práticas e perspectivas que criavam mapas que colocavam a Europa no centro do mundo, discursos sobre raças humanas que categorizam populações com base em ideias pseudocientíficas, e como podemos mudar essa estrutura?

Repensar o modo com que percebemos o espaço geográfico por meio do mapa mundi? Com novas representações cartográficas críticas? Por que devemos manter o mapa-múndi de Mercator³, que distorce as proporções geográficas ao aumentar o tamanho da Europa e da América do Norte, enquanto diminui as dimensões da África e da América Latina?

Figura 1 – Mapa mundi conforme a Projeção de Mercator



Fonte: Seemann (2003, p.12).

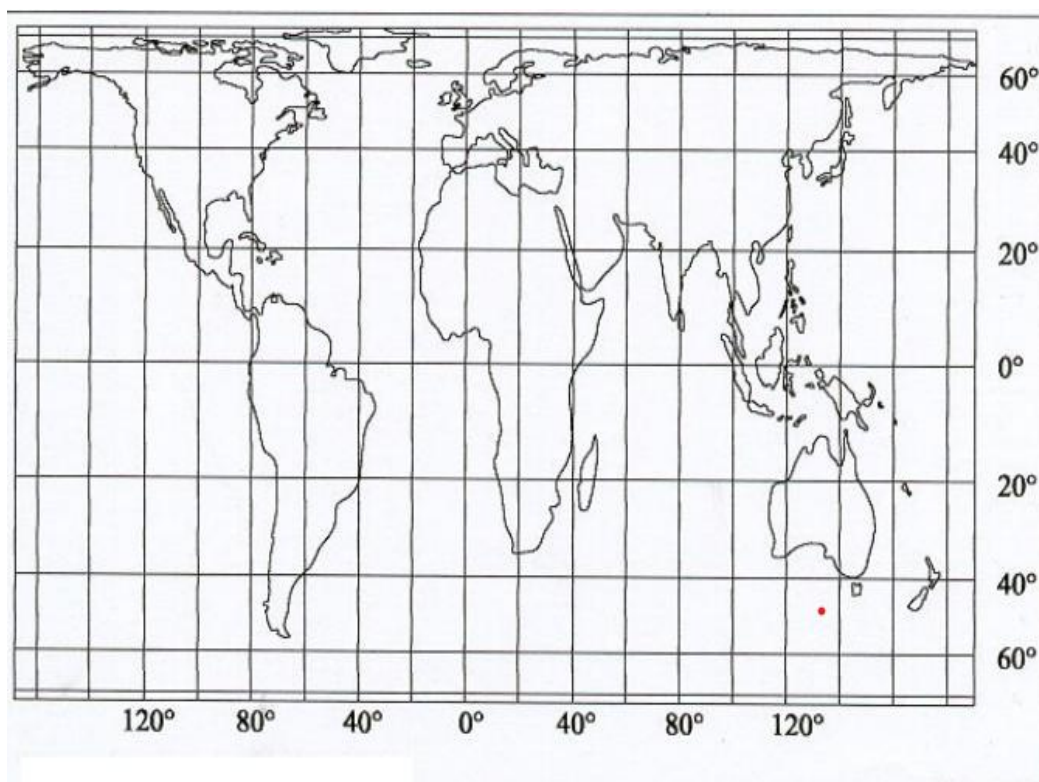
Nesse sentido, considera-se que a projeção de Peters⁴ surge como uma

⁴ A projeção de Mercator é uma projeção cartográfica desenvolvida por Gerhard Mercator no ano de 1569, sendo a projeção cilíndrica do globo terrestre sobre uma carta plana mais utilizada no mundo. Nesta projeção os países do



alternativa para uma cartografia decolonial, pois ela tenta corrigir as distorções eurocêntricas apresentadas na projeção de Mercator. Cordeiro (2020) aponta que a projeção de Peters, é utilizada com menos frequência, porque deforma o formato dos continentes, porém mantém a área proporcional mais próxima do real. Ao contrário da projeção de Mercator, a projeção de Peters coloca o continente africano no centro do mapa. A projeção de Peters enfrenta forte resistência, especialmente de setores conservadores da Geografia, tendo em vista que os mapas nunca são neutros, eles refletem visões de mundo e interesses políticos. Assim, percebemos uma insistência em manter a projeção de Mercator como padrão global, mesmo após críticas contundentes, demonstrando como a cartografia tem sido historicamente utilizada para fortalecer posições de poder.

Figura 2 – Mapa Mundi conforme a Projeção de Peters



Fonte: Seemann (2003, p.08)

Harley (2009) destaque que, os mapas são essencialmente uma linguagem de poder e não de contestação, os meios de produção cartográfica, comerciais ou públicos, continuam largamente controlados pelos grupos dominantes, os processos cartográficos praticados pelo poder consistem em atos deliberados, em práticas de vigilância e adaptações cognitivas conforme os valores e crenças dominantes. A projeção de Peters,

Norte desenvolvidos acabam ficando maiores que os do Sul que são subdesenvolvidos ou estão em desenvolvimento.

⁴ A projeção de Peters é uma projeção cartográfica desenvolvida por Arno Peters no ano de 1973, sendo uma projeção cilíndrica do globo terrestre sobre uma carta plana que busca representar as áreas dos continentes de forma mais fiel à realidade. Nesta projeção, os países do Sul aparecem em proporções mais próximas de suas dimensões reais.



ao oferecer um novo olhar sobre a espacialidade global, desafia essa estrutura ao dar visibilidade a regiões que eram tradicionalmente marginalizadas na representação do mundo. Sendo assim o uso de uma cartografia decolonial, não se restringe apenas ao uso do mapa mundi de Peters, mas em outras formas de pensar o espaço geográfico para além da visão eurocentrada, bem como utilizar a criação de mapas colaborativos produzidos com as comunidades locais para registrar suas experiências e o modo com que observam o espaço geográfico, como tem feito a cartografia social.

Abordagem do conteúdo de urbanização e segregação socioespacial por meio da obra o Quarto de Despejo de Carolina Maria de Jesus

A disciplina de Geografia na educação básica, discute em várias escalas os processos de urbanização em escala mundial. Mas, em qualquer espaço geográfico, tanto no Norte Global como no Sul, há um fenômeno socioespacial que é abordado na análise da formação capitalista das cidades, denominado de segregação socioespacial, que afeta desproporcionalmente populações negras e pobres.

A disciplina de Geografia pode ainda questionar a urbanização capitalista e como esse processo segregou as classes populares, constituídas em sua maioria por pessoas negras. De acordo com dados do Censo 2022 realizado com populações de Favelas e Comunidades Urbanas 56,8% das pessoas que habitam tais comunidades se reconhecem como pardas e 16% são pretas. Analisando esses dados conseguimos identificar que o processo de urbanização sempre discrimina e segrega as populações pretas e pardas, ou seja, pessoas negras. Como aponta Carolina Maria de Jesus no livro Quarto de despejo “Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de veludos, almofadas de cetim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo” (Jesus, 2014, p. 31)

Na obra a autora analisa sua vida de mulher negra que vive na favela do Canindé, em São Paulo, na década de 1950, evidenciando o abandono do poder público e a luta diária para garantir a sobrevivência dos filhos.

Essa obra pode ser utilizada pela disciplina de Geografia pois permite entender que as periferias não são apenas locais de exclusão, mas também de luta e organização, porém precisamos saber quem são as pessoas que moram nesses espaços é porque estão lá? A autora do livro destaca também o reconhecimento social entre uma pessoa preta e a branca. Jesus (2014, p.55) aponta que “o branco é que diz que é superior. Mas



que superioridade apresenta o branco? Se o negro bebê pinga, o branco bebê. A enfermidade que atinge o preto, atinge o branco. Se o branco sente fome, o negro também”. Essa compreensão da falsa superioridade racial é essencial para a Geografia, pois permite analisar a urbanização para além do crescimento das cidades, enxergando como o espaço urbano é organizado para perpetuar por um lado privilégios e por outro exclusão, especialmente as mulheres negras, que são triplamente atacadas devido sua condição de raça, gênero e classe.

Sendo assim a obra constitui-se como uma possibilidade de abordagem de uma visão interseccional das desigualdades presentes no processo de produção da segregação socioespacial.

Abordagem do conteúdo de Fluxos Migratórios por meio do reconhecimento dos mecanismos de atuação do racismo estrutural

Os fluxos migratórios, quando abordados de maneira crítica e antirracista pode questionar e desnaturalizar as narrativas tradicionais sobre migração, que acaba ignorando as complexas relações de poder, e o racismo estrutural e exploração econômica que condicionam tais processos. A migração não deve ser vista como apenas de viés econômico, mas sim como resultado de um conjunto de fatores históricos e sociais que envolvem deslocamentos forçados, desigualdade e exclusão.

Desde o período colonial, as migrações em direção às Américas e à Europa foram profundamente marcadas pela violência, como no caso do tráfico de escravizados africanos, durante a colonização, povos africanos foram obrigados a migrar em condições desumanas, sendo inseridos em um sistema de trabalho escravo que sustentava as economias coloniais. Este processo de migração forçado criou uma divisão racial e social que perdura até os dias atuais, com consequências profundas para as populações negras, que continuam sendo marginalizadas em termos econômicos e políticos.

Há também o fomento à imigração europeia para o Brasil a partir de meados do século XIX, com objetivo de “branqueamento da população”. Cabe lembrar que o Estado brasileiro, pautado nos ideais do racismo científico via na população negra e indígena um símbolo de atraso, no livro O Genocídio do Negro Brasileiro, o autor Abdias do Nascimento apresenta uma fala do então deputado federal, Joaquim Nabuco conhecido



como defensor do fim da escravidão:

Esse admirável movimento migratório não concorre apenas para aumentar rapidamente, em nosso país, o coeficiente da massa ariana pura: mas também, cruzando-se e recruzando-se com a população mestiça, contribui para elevar, com igual rapidez, o teor ariano do nosso sangue (Nascimento, 2016, p.71).

Na obra citada o autor mostra como as ideias nesse período histórico eram pautados pelo racismo científico, influenciadas pelo darwinismo social e o pensamento eugenista europeu, onde a população preta e indígena era vista como um problema para o progresso no país, e com isso eram desvalorizadas enquanto o estado brasileiro criava políticas públicas para incentivar a vinda de imigrantes europeus para o país.

No Brasil também aconteceram as migrações internas, por exemplo, os movimentos realizados por populações do Nordeste para o Centro-Sul. Bosco e Jordão Netto (1967) apontam que São Paulo e Rio de Janeiro, eixo industrial brasileiro, receberam a grande massa de nordestinos, constituído em sua maioria por pessoas negras, fugindo da exploração histórica dessa zona geográfica onde se inicia as primeiras atividades econômicas do período colonial, vindos principalmente dos Estado da Bahia, seguido por Pernambuco, Alagoas, Ceará, Sergipe e Paraíba, fenômeno que ocorre até os dias de hoje. Motivados pelo alcance de uma vida melhor, mas muitas vezes se depararam com a exclusão social e racial, sendo alocadas em periferias e ocupando trabalho menos valorizados e de baixa remuneração.

Além disso, devemos refletir sobre o impacto do colonialismo moderno, que ainda molda os fluxos migratórios contemporâneos. As práticas de exploração das colônias continuam a influenciar as relações migratórias, como é o caso das economias globais dependentes de uma mão de obra barata e desqualificada proveniente de países ex-colonizados. O mercado de trabalho global está estruturado para favorecer os países do Norte, que atrai trabalhadores dos países do Sul, oferecendo empregos precarizados, enquanto esses trabalhadores são excluídos de direitos. Sales (1991) destaca a inserção do imigrante no mercado de trabalho dos países de destino.

Estudos nos Estados Unidos e na Europa Ocidental concluíram que o papel da imigração não é aumentar o suprimento de trabalho, mas sim aumentar o suprimento de trabalho de baixo salário. O uso de força de trabalho do imigrante é para preencher a base da estrutura ocupacional. Em muitos casos, o deslocamento dessas pessoas é resultado de processos históricos como empobrecimento induzido por políticas econômicas externas que tornam a migração uma necessidade para a sobrevivência em outro país.



Portanto, a abordagem antirracista no ensino de Geografia sobre fluxos migratórios não pode se limitar a explicações econômica da busca por oportunidade de trabalho, condições de vida melhor, mas sim explicar como esses fluxos migratórios estão inseridos em uma estrutura global marcada pelo racismo. O movimento migratório, no passado como nos dias atuais, está relacionado com relações de poder assimétricas, onde populações pretas e pobres são empurradas para condições precárias, e acabam sendo exploradas, atuam em trabalhos com baixa remuneração e acabam sendo marginalizadas nos seus países e/ou regiões de destino. Então, compreender a migração sob a perspectiva do racismo permite analisar as desigualdades e reconhecer as dinâmicas coloniais que ainda moldam as oportunidades de diferentes grupos sociais.

Considerações finais

O artigo conclui que a interseccionalidade é importante para repensarmos o ensino de Geografia de maneira antirracista e decolonial. A superação do eurocentrismo no currículo escolar depende da reinterpretação do conhecimento produzido e da valorização de diferentes saberes não somente o colonial. Dessa forma, a formação docente deve incluir discussões sobre raça, gênero e classe.

O ensino de geografia pode ser sim antirracista e decolonial, mas para que isso aconteça precisa ser disponibilizado de uma forma que reconheça e combata essas desigualdades promovendo uma educação interseccional, que valorize as diferentes perspectivas e experiências dos grupos sociais.

Referências

BOSCO, Sérgio; JORDÃO NETTO, André. **Migrações**: estudo especial sobre as migrações internas para o Estado de São Paulo e seus efeitos. São Paulo: Edições Paulinas, 1967.

COLLINS, Patricia Hill. **Interseccionalidade**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

CORDEIRO, Paula Regina de Oliveira. Cartografias e conflito territorial no Quilombo Rio dos Macacos. Vivência: **Revista de Antropologia**, [s.l.], v. 1, n. 55, p. 174-191 2020.

HARLEY, Brian. Mapas, saber e poder. **Confin**s, v. 5, p. 1- 24, abr. 2009.

IBGE. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil: 2ª edição. [2022]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html>. Acesso em: 17 out. 2024.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo**: Diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.



QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

SALES, T. Novos fluxos migratórios da população brasileira. **Revista Brasileira de Estudos de População**, [s.l.], v. 8, n. 1/2, p. 21-32, 1991.

SANTOS, Emerson N. dos; SANTOS, Coutinho. Desafios para a implementação de uma educação antirracista no ensino de Geografia: os conflitos na prática cotidiana de professoras(es). São Paulo: **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as**, v.12, p. 78-108, abril de 2020.